

Povo pressionará

Entidades representativas da chamada sociedade civil organizada preparam-se para dar ao presente processo de faxina cívica — concentrado, por enquanto, na CPI do Orçamento — o ingrediente que estava faltando: povo nas ruas. A convicção generalizada é de que, fora do circuito das pressões populares, o Congresso tende a buscar soluções conciliadoras, que atendam a seus interesses corporativistas.

Em resumo, sem povo, a CPI pode acabar em pizza — ou apenas com a punição de um ou dois bodes expiatórios. O sucesso da CPI do PC, que resultou no impeachment do presidente da República, decorreu fundamentalmente da pressão popular. Na ocasião, o então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, cunhou a frase: "Esta Casa (o Congresso) acaba sempre querendo o que o povo quer".

De fato. Se não houvesse povo pressionando, provavelmente aconteceria o que previu singelamente o então ministro-chefe do gabinete Civil de Collor, Jorge Bornhausen, que apostou: "Esta CPI não vai dar em nada". A pressão que ora se programa visa não apenas a exigir pronta e drástica responsabilização dos culpados denunciados de rapina ao Orçamento, mas simultaneamente a questionar a própria condição moral do Congresso de realizar a revisão constitucional.

Claro que, por trás disso, estão os partidos de esquerda — PT e PDT sobretudo —, que se opõem à revisão, independente dos acontecimentos em curso. Antes, buscavam sustar o processo através de argumentações jurídicas frágeis. Agora, no entanto, a CPI do Orçamento incumbiu-se de fornecer os argumentos, cujo teor é irresponsável. A menos que o Congresso encontre um meio, por enquanto não visível, de afastar os suspeitos — cujo número é bastante avan-

tado —, o processo de revisão estará contaminado daquela presença indesejável de políticos acusados de assaltar os cofres públicos.

Como impedir, por exemplo, que o deputado João Alves, o vilão-mor do processo, atue na revisão? Enquanto detiver o mandato, estará no seu direito. Até aqui, há mais de 30 parlamentares citados, em graus diversos, de envolvimento com a corrupção. Alguns, por infeliz coincidência, estão no comando do processo de revisão. Ainda que sejam inocentes — e alguns percebe-se que o são —, estarão temporariamente marcados pela suspeita.

Os defensores da revisão buscam uma saída para o impasse, algo que permita afastar figuras carimbadas, como João Alves e seus anões, do processo revisional. O problema é justamente distinguir acusados de citados. O primeiros reúnem evidências graves, que já permitem bani-los da vida parlamentar. Os outros gozam do benefício da dúvida, mas até que tudo se esclareça, estão *sub judice*.

Sarney — No instante preciso em que mergulha em denso inferno zodiacal, com as revelações da revista *Veja* que o associam a empreiteiras acusadas de pagar propinas a políticos, o ex-presidente Sarney vê seu nome destacado favoravelmente numa pesquisa publicada ontem pelo *Estado de S. Paulo*.

Segundo a pesquisa, Sarney foi considerado pela maioria dos entrevistados o melhor presidente da história do Brasil, à frente de Getúlio Vargas (2º lugar) e Juscelino (3º lugar). O detalhe, claro, é que a pesquisa foi feita antes da CPI do Orçamento. Se feita agora quando o ex-presidente e seus principais aliados políticos enfrentam denúncias cabeludas, os números seguramente seriam outros.